



**Genealogia da
derrota: A
reedição do livro
*O negro no
futebol brasileiro*
e a construção do
significado da
Copa do Mundo
de 1950 para o
Brasil**

**Bernardo Borges
Buarque de Hollanda¹**

¹Professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas e pesquisador do Centro de Documentação e Pesquisa de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Coordenador do MBA em Bens Culturais (FGV-SP). E-mail:bernardo.hollanda@fgv.br

**The genealogy of a
defeat: The new
edition of the book
*O negro no futebol
brasileiro* and the
meaning of the
defeat in the 1950
World Cup to Brazil**

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65728

Resumo:

O artigo propõe um debate sobre a construção da memória coletiva no jornalismo esportivo, tendo por base os episódios relacionados à derrota da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil. O argumento proposto sustenta que a reedição da obra “clássica” de Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro* (1947), ocorrida em 1964, foi condicionante do modo como o memorialismo esportivo passou a narrar e a valorar o desempenho do selecionado nacional em 1950. Inexistente na primeira edição, posto que prévia à realização do Mundial, não obstante motivada pelo evento para sua publicação, a eleição dos fatores explicativos da perda do título – de ordem racial, moral e política – balizou desde então a relação entre história e memória, entre lembrança e esquecimento, tanto na segunda edição do livro de Mario Filho quanto nas investigações jornalísticas que o sucederam. Estas, por seu turno, tiveram na realização de uma nova Copa do Mundo no Brasil, em 2014, significativo impulso editorial para reativar e para cristalizar essa representação de um evento histórico esportivo.

Palavras-chave: Futebol, Copa de 1950, Memorialismo esportivo, Mario Filho, *O negro no futebol brasileiro*

Abstract:

This article presents a debate on the construction of the collective memory in the sports journalism, based on episodes regarding the defeat of the Brazil national football team in the 1950 World Cup, in Brazil. The argument proposed is that the new edition of the “classic” book by Mário Filho, *O negro no futebol Brasileiro* (1947), published in 1964, was compelling to the way the memorialistic aspect of the sport began to narrate and value the performance of the team in 1950. Non-existing in the first edition, as it predicted the World Cup title, although inspired by the event for its publication, the election of the explanatory factors for the defeat – of racial, moral, and political nature – guided, since then, the relationship between history and memory, remembrance and oblivion, both in the second edition of the book and in the contemporary investigative journalism, which, during the last World Cup in Brazil, in 2014, had a significant editorial boost to reactivate and consolidate the representation of a historic sporting event.

Keywords: Football, 1950 World Cup, Memorialist aspect of sports, Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro*

“...esquecer é uma tarefa mais difícil que lembrar”.
Cristóvão Tezza

Introdução

Para um estrangeiro, que vive fora do Brasil, pode parecer estranho, à primeira vista, a maneira pela qual a memória coletiva conservou certas informações e reproduziu nesse país determinadas lembranças da Copa do Mundo de futebol, em 1950. Por qual razão o país que mais conquistou títulos em Copas – 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002 – interessa-se tanto em evocar o jogo do dia dezesseis de julho de 1950, quando o Uruguai sagrou-se campeão no Rio de Janeiro, ao derrotar o Brasil, de virada, por dois a um?

O interesse em explicar a derrota da Seleção Brasileira na quarta edição do torneio mundial organizado pela FIFA ocupa um lugar privilegiado – dir-se-ia, obsessivo – no meio esportivo brasileiro. Ele se repete sob a forma de reportagens televisivas, de materiais jornalísticos, de contos literários e até de filmes. Estes acionam o imaginário nacional a cada quatro anos, sempre que se reinicia o ciclo organizativo de uma nova competição internacional.

No ano de 2014, tal recorrência não fugiu à regra. Mais do que isso, ela intensificou-se porquanto o selecionado brasileiro, passadas mais de seis décadas, voltou a ser o país-sede do evento – hoje um megaevento de repercussão planetária – e experienciou nova e fragorosa derrota, desta feita, por sete a um, para a seleção da Alemanha¹.

Sabe-se que, com base nos estudos sobre mídia (JEANNENEY, 2003) e opinião pública (BECKER, 2003), a vitória em 2014 poderia ser um instrumento decisivo para redimir, quando não para expiar, o resultado de 1950; em contrapartida, no extremo oposto, a derrota implicou vivenciar mais uma vez um acontecimento classificado pelos meios de comunicação como “trágico”, “dramático”, “traumático”, “catastrófico”...²

O presente artigo pretende contribuir para uma historiografia das Copas do Mundo, que se tem robustecido por meio de especialistas (RINKE, SCHILLER, 2014) e de publicações regulares em periódicos, nacionais e internacionais (CONCHA, 2013), dedicados ao torneio, com um texto dedicado a apresentar a construção e a reconstrução da memória esportiva nacional.

A base, para tanto, são os testemunhos e os registros escritos legados pelos jornalistas, agentes mediadores, “especialistas” detentores de um papel crucial na atribuição de significado, na multiplicação de sentidos, na “construção simbólica da emoção”(TOLEDO, 2002, p. 194) e na tradução do evento futebolístico a segmentos mais amplos que

¹ Estudos sobre a recepção e o significado do “7 a 1” no imaginário nacional vêm sendo desenvolvidas em âmbito de pós-graduação, conforme pode-se consultar na dissertação de Fábio Aguiar Lisboa. Cf. LISBOA, HELAL, 2016.

² A contundência da perda da Copa para os rivais platinos foi inclusive responsável por introduzir um vocábulo “acastanhelado”, o *maracanazzo*.

acompanham, consomem e legitimam a existência de um “campo esportivo” (BOURDIEU, 1990).

Para dar conta da questão em tela, a bibliografia é abundante e um recorte se faz necessário, de modo a captar o essencial e a selecionar o que de mais significativo foi publicado nesse terreno. Assim, o presente texto estrutura-se a seguir a partir da prévia seleção de uma extensa fortuna crítica existente no Brasil e alhures.

De início, recapitula-se o nível narrativo factual, com a súmula consagrada dos fatos mais marcantes da competição, baseada em uma descrição sumária e a mais objetiva possível dos preparativos, dos jogos e dos resultados do torneio. Na sequência, elege-se a obra do jornalista esportivo Mário Filho como a matriz que legou, em termos qualitativos e quantitativos, um dos testemunhos mais importantes na sistematização de informações sobre a Copa e, em particular, na interpretação e na apresentação de justificativas, esportivas e metaesportivas, para a perda do título pela Seleção Brasileira.

Ainda que presente em distintas temporalidades, busca-se na obra *O negro no futebol brasileiro* (RODRIGUES FILHO, 2003) a fonte matricial de onde muitos autores partiram para revisitar o temário da derrota. Do que se depreende daquele jornalista, os fundamentos interpretativos para entender “a tragédia de 16 de julho” relacionam-se a três fatores específicos, sendo eles o racial, o moral e o político. Estes direcionam o debate sobre a perda da Copa pela Seleção para um significado mais amplo sobre as deficiências de formação do caráter do povo e do Estado brasileiros.

Por fim, após essa interpretação subdividida em três partes, conclui-se com a indicação de outros autores e de novas gerações do jornalismo esportivo, que vêm renovando o interesse pelo fato nas últimas décadas, sem, no entanto, se diferenciar substantivamente dessa matriz.

O propósito é, assim, apresentar de maneira diacrônica a elaboração mnemônica daquele Mundial, consignada sob a forma de escritos e de livros reificadores de uma certa argumentação, a ser aqui explicitada e fundamentada. Acompanhar-se-á a formulação argumentativa em torno da derrota por parte da crônica especializada e procurar-se-á observar os passos de conversão do resultado esportivo em metáfora explicativa da constituição do caráter nacional.

Tal conversão vai buscar elementos não apenas técnico-táticos do jogo como também explicações de cunho social, político e psicológico em relação àquele que é tido por um “trauma” ou por uma “catástrofe”, como a ele se referia Nelson Rodrigues. Está-se aqui diante de um tema canônico para os historiadores – a relação história/memória (LE GOFF, 1990), também extensível e aplicável ao universo dos esportes. Nela interpela-se o modo pelo qual se articulam dialeticamente lembrança e esquecimento. No caso em questão, trata-se de entender por que o indesejado polo da “lembrança” da derrota sobressaiu a seu desejo de “esquecimento”.

As efemérides do torneio: recapitulação de uma cronologia

Sempre que se menciona a IV Taça do Mundo em 1950, no Brasil, evoca-se a circunstância de que a Copa esperou doze anos para ser realizada pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA). A última edição ocorrera na França, no final da década de 1930, mas a Segunda Guerra Mundial interrompeu a continuidade de realização quadrienal do torneio, criando um hiato em um evento já difundido na Europa e na América do Sul, mas ainda em vias de afirmação e de expansão no recrutamento de países dos demais continentes.

A II Guerra desarticulou a comunicação entre as confederações desportivas europeias e sul-americanas. Esta então comumente se fazia por meio de cartas, de congressos e de telegramas, e era centralizada pelos países da Europa à testa da direção da entidade. Depois de 1939, os dirigentes desportivos não puderam mais comunicar-se, pois suas nações digladiavam entre si – por terra, água e ar –, no *front* do confronto bélico e daquele combate de proporção internacional.

Esse dado temporal costuma ser repetido com insistência pelos escribas do memorialismo esportivo, talvez por ter sido o único momento, em um total de vinte edições (1930-2014), em que a periodicidade do torneio foi suspensa. Durante o pós-guerra, o esforço de rearticulação dos representantes de confederações de cada país junto à FIFA foi lento e longo. Reiniciados em 1946 e alternados em países como Luxemburgo, França, Inglaterra e Suíça, os congressos da FIFA acabaram por deliberar afinal o Brasil como país-sede para retomar o evento, sob o princípio da rotatividade bilateral Europa-América do Sul.

Desde 1938, delegados da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), como o jornalista Célio de Barros e o jurista João Lyra Filho, envidavam esforços diplomáticos que pleiteavam a candidatura do país para sediar os jogos, junto ao Comitê da Copa do Mundo. Para tanto, o Brasil contou com o apoio do presidente da FIFA, Jules Rimet, que visitou o país duas vezes antes da decisão. Prevista em princípio para o ano de 1949, a Copa afinal só aconteceu um ano depois, em razão das demandas preparatórias para o torneio.

Além de razões administrativas por parte da FIFA, como a organização das Eliminatórias em cada continente, um dos motivos para o adiamento da Copa dizia respeito à exigência de o país-sede apresentar um estádio de porte na capital da República. À maneira do que haviam feito os uruguaios com o Estádio Nacional de Montevideú, o Rio de Janeiro precisava construir uma praça de esportes à altura da magnitude da competição.

A construção daquele que viria a ser chamado popularmente de Maracanã participou do projeto ambicioso de soerguer o “maior estádio do mundo”. Construído pela prefeitura da cidade, com capacidade para receber um público oficial de cento e cinquenta e cinco mil espectadores, o estádio municipal levou dois anos para ser construído, graças à ação de quase dois mil operários e soldados do Exército. A obra seria um dos grandes ícones

da Copa. Doravante, além de receber o maior número de jogos, ele se tornaria um dos cartões postais da cidade.

Junto ao Estádio Municipal do Rio de Janeiro, outro equipamento esportivo público seria aproveitado. Em São Paulo, polo econômico-financeiro do país, o Pacaembu havia sido inaugurado pelo governo federal em 1940 e acolhia até setenta mil torcedores. Em Minas Gerais, o terceiro estado em importância político-econômica no país, também ocorreria a construção de um estádio especialmente para a Copa, tal como no Rio de Janeiro. Erguido em um bairro na zona central da capital mineira, ele passou em seguida à administração de um clube de Belo Horizonte, o Sete de Setembro, e passou-se a chamar Independência.

Com efeito, nas demais cidades-sedes escolhidas – as capitais dos estados de Pernambuco, do Paraná e do Rio Grande do Sul –, as praças de desportos seriam ampliadas e adaptadas a partir de estruturas preexistentes, com base nos campos dos clubes locais. Nenhum deles, porém, ultrapassava os vinte mil torcedores, sendo pelo menos sete vezes menor, portanto, que o Maracanã (GEHRINGER, 2010, p. 90).

Outro dado que distinguiu a Copa de 1950 com relação a outras edições do torneio foi o seu sistema de competição. Ao invés de uma fase classificatória seguida de embates eliminatórios entre os selecionados vencedores, até uma partida decisiva entre apenas duas seleções, a classificação dos primeiros colocados de cada um dos quatro grupos deu origem a um quadrangular final. O vencedor resultaria do selecionado com a maior pontuação na chave.

Esse fato não tinha precedentes na história do torneio e nunca voltaria a ser adotado posteriormente. Desta maneira, ao contrário do que se pensa, a partida entre Brasil e Uruguai, a dezesseis de julho de 1950, não foi a decisão da Copa, mas tão somente o último jogo escolhido por sorteio para a segunda fase do campeonato.

Um elemento que também pode ser visto com estranhamento na atualidade diz respeito à carência de times para disputar a Copa. Se o regulamento previa dezesseis equipes participantes, apenas trezes vagas foram ao final preenchidas, o que mostra certo grau de provisoriedade organizacional e de precariedade logística. Alguns países chegaram a ser classificados na fase preliminar de disputa em seus respectivos continentes, mas simplesmente desistiram da participação.

Entre as causas para a desistência, havia a distância, conforme ocorreu com a Escócia; a discordância quanto a determinadas regras, como no caso de França e Índia; a falta de condições financeiras, segundo as alegações de Peru e Equador; a simples recusa, tal qual procedeu a Turquia; a dissensão ideológica no limiar da Guerra Fria, a exemplo da Hungria; e mesmo o arrivismo contra os brasileiros, conforme deliberou a Argentina, rival sul-americano, contra quem o Brasil ficou dez anos sem jogar (1946-1956).

Os diferentes motivos não escondem o fato de que a Taça Jules Rimet podia então ser, se não dispensada, ao menos relegada ao segundo plano, no fim daquele decênio de

1940. Conclua-se com este relativismo histórico haja vista que, dos quarenta e nove países afiliados à FIFA em 1949, trinta e três participaram das Eliminatórias, mas apenas treze efetivamente estiveram no Brasil (ASSAF, NAPOLEÃO, 2004, p. 48).

Apesar das defecções, a novidade geopolítica seria a presença da Inglaterra, pela primeira vez em uma Copa, após a reintegração das Grã-Bretanha à FIFA, em 1946. Os ingleses, no entanto, após viajar trinta e uma horas até o Brasil – com escalas por Paris, Lisboa, Dakar e Recife – teriam uma atuação decepcionante no torneio.

A despeito do favoritismo e da presença do técnico Walter Winterbottom, o primeiro treinador de seleção a ser contratado em tempo integral, a Inglaterra teve de assistir à inesperada derrota de um a zero para a equipe semiamadora dos Estados Unidos, formada por filhos de imigrantes latinos, em um gol do haitiano Joe Jaetjens.

Apesar da escassez de seleções, o cartaz promocional do IV Campeonato Mundial de Futebol sugeria o contrário, ao ilustrar a perna de um jogador com uma meia multicolorida, estampada com o desenho de inúmeras microbandeiras dos mais diversos países do mundo. Enquanto no primeiro plano do pôster publicitário um futebolista usava sua chuteira para bater em uma bola de couro marrom, recortada por gomos retangulares, ao fundo da ilustração divisavam-se as linhas do Pão de Açúcar, famoso morro que figurava entre as marcas turísticas da então emergente zona sul do Rio de Janeiro.

Em dados descritivos gerais, a Copa teve duração de três semanas, assistiu à realização de um total de vinte e duas partidas e foi disputada entre os dias vinte e quatro de junho e dezesseis de julho de 1950, no período do inverno da América do Sul. Nos grupos 1 e 2, havia quatro seleções em disputa, ao passo que na chave 3 havia apenas três e no grupo 4, somente dois times.

A primeira chave teve Brasil, Iugoslávia, Suíça e México, enquanto a segunda foi composta por Espanha, Inglaterra, Chile e Estados Unidos. A chave três tinha Itália, Suécia e Paraguai, enquanto a quatro contou com Uruguai e Bolívia. Brasil, Espanha, Suécia e Uruguai classificaram-se à segunda fase. A taça caberia àquele que fizesse mais pontos corridos após o embate das quatro equipes entre si. Os jogos do quadrangular culminaram com uma última partida, que acabou por se afigurar decisiva, entre Brasil e Uruguai.

Após um empate preocupante contra os suíços no estádio do Pacaembu, em São Paulo, a Seleção Brasileira protagonizou uma performance contagiante e ascensional no Maracanã – dois a zero contra a Iugoslávia, sete a um na Suécia e seis a um sobre a Espanha. A sequência de vitórias fez o público pagante dobrar desde o início do torneio, quando oitenta mil torcedores haviam comparecido à estreia do Brasil contra o México, vencida por quatro a zero.

A goleada contra os espanhóis, então conhecidos pelo epíteto de *a fúria*, levou a torcida à euforia. Memorialistas como João Máximo se comprazem em repetir a anedota segundo a qual um coro coletivo de milhares de vozes entoou a marchinha carnavalesca

“Touradas em Madri” para ironizar a debacle da Espanha. Ao chegar ao último jogo, bastava o empate ao Brasil; ao Uruguai, apenas a supremacia em gols garantiria o título.

Brasil e Uruguai tinham seus plantéis formados nos dois clubes mais importantes de cada país à época, respectivamente Vasco da Gama e Peñarol. O trio de meias-atacantes do selecionado brasileiro – Zizinho, Ademir e Jair – parecia imbatível, praticando inicialmente o sistema tático de jogo denominado “diagonal”, uma variante mais flexível do WM europeu.

A chamada diagonal alinhava três jogadores em formato de um pêndulo. Conforme as circunstâncias, ofensivas ou defensivas, a linha média oscilava ora para a esquerda, ora para a direita, ora para a frente ora para atrás (FRANCO JR., 2007, p. 89). Passes curtos alternavam-se com bolas em profundidade.

O treinador brasileiro, Flávio Costa, fora formado pelo técnico húngaro Dori Kruschner. Este emigrara ao Brasil em 1937 e ensinara ao discípulo a aliança entre o voluntarismo individualista, considerado próprio do estilo sul-americano, e o treinamento metódico somado à utilização racional do tempo, que acreditava-se ser característico do estilo europeu.

“Como resistir?” indagava um jornalista italiano, diante dessa aliança técnico-tática. A “máquina esportiva” do técnico Flávio Costa equivalia, segundo um periodista chileno, a um monumento do Brasil moderno, ao lado do Cristo Redentor, inaugurado em 1931, e dos prédios do bairro de Copacabana, construídos nos anos 1940 (O’DONNELL, 2013).

As duas equipes sul-americanas se enfrentaram finalmente no dia dezesseis de julho, às quinze horas da tarde no Maracanã, praça de esportes situada na região central do Rio, então Distrito Federal. O detalhamento informativo reporta que o trio de arbitragem era composto por europeus indicados pela FIFA, sendo dois ingleses, George Reader, de Southampton, e Arthur Ellis, mais um sueco, Gunnar Ehler (HEIZER, 2001, p. 70).

Além de diversas autoridades políticas, como o presidente da República e o prefeito da cidade, houve cento e setenta e três mil oitocentos e cinquenta pagantes. Estima-se, entretanto, que duzentas mil pessoas estiveram presentes naquela tarde ensolarada e triste para a população brasileira. A estimativa de público equivalia a quase a dez por cento da população habitante da cidade (MOURA, 1998).

No mesmo ano em que a televisão era introduzida no Brasil, o primeiro país a receber esse aparelho eletrônico na América Latina (RIDENTI, 2012), coube às emissoras de rádio transmitir a partida para todo o território. Cinegrafistas e fotojornalistas também registraram a partida, além, evidentemente, da cobertura por parte da imprensa, noticiada no dia seguinte.

Segundo constam dos registros jornalísticos e radiofônicos, a cronologia do jogo assistiu a um primeiro tempo do jogo que terminou em zero a zero. No início da segunda etapa, passado apenas um minuto regulamentar, o Brasil abriu a contagem, com um chute

do centroavante Friaça. Aos vinte minutos do segundo tempo, Schiaffino empata para o Uruguai, abatendo o time e os torcedores brasileiros. Transcorridos trinta e três minutos da segunda etapa, mais um gol uruguaio, desta feita do ponteiro direito Ghiggia, sendo o gol considerado uma falha da defesa brasileira.

Durante o tempo restante da partida, o Brasil reage e tenta ainda empatar, sem sucesso. O jogo termina e o Uruguai é campeão. Jules Rimet desce a tribuna de honra, entra em campo e entrega aos uruguaios a taça que leva seu nome. Enquanto os platinos, de uniforme azul, comemoram com uma volta olímpica, o desespero toma conta dos jogadores brasileiros, alguns deles a chorar copiosamente. Milhares de torcedores, desolados, também choram. Das arquibancadas, ainda ouvem-se palmas em reconhecimento aos atletas uruguaios. O silêncio e a tristeza instauram-se à saída do estádio (PERDIGÃO, 2000).

A sedimentação da memória: Mario Filho e a republicação de *O negro no futebol brasileiro* na década de 1960

A seção acima contém uma descrição sumária e esquemática de alguns aspectos factuais que poderíamos elencar, entre tantos, acerca da organização e dos jogos da Copa de 1950. Está-se aqui frente à superfície dos acontecimentos, à “espuma” dos fatos, no nível da curta duração delimitada por Braudel, em seu projeto de escandir uma história estrutural, conjuntural e *événementielle* (BRAUDEL, 2011).

A questão de que partimos procura, sem embargo, ir além da factualidade do torneio e da sua reconstituição objetiva. Interessa-nos aqui compreender por que, às gerações subsequentes, aquele torneio “não só produziu um dos mais emocionantes climaxes, como também um dos mais duros choques que alguma Copa já produziu”, conforme as palavras de um correspondente inglês (GLANVILLE, 1973, p. 52).

Tal emoção e tal choque repercutiram na sociedade brasileira, em particular no jornalismo esportivo, ao longo das décadas. “Por que o Brasil perdeu?” Não foi uma pergunta episódica nem circunstancial. Mesmo depois da série de publicações e reportagens que se seguiram à semana do jogo, a derrota permaneceu como uma espécie de “enigma” nacional, no sentido wisnikiano (WISNIK, 2008, p. 288), a ser decifrado pela crônica nas décadas posteriores. Sendo assim, as mais diferentes razões foram buscadas.

Essa interrogação de uma causa, ou de um conjunto de justificativas, se tornou “o fio condutor das narrativas da derrota produzidas, principalmente, pela imprensa” (COSTA, 2008, p. 14). As justificativas têm também um duplo sentido, uma vez que, ao referir-se às contingências de uma partida futebolística com duração de noventa minutos, elas extravasaram seu alcance para uma análise metafórica, mais ampla e mais detalhada, do Brasil como nação e como povo.

Se a preparação da infraestrutura para uma Copa era um desafio e uma atribuição do Estado brasileiro, com vistas a mostrar aos demais países a sua força na engenharia

moderna, a sua capacidade civilizatória e o seu grau de desenvolvimento econômico-político, o resultado frustrante dentro de campo encaminhou a discussão também para outros alcances, de ordem interpretativa psicossocial.

Tais dimensões incorporaram elementos antropológicos, psicológicos e sociológicos acerca do etos do “povo brasileiro”. A derrota no futebol foi equiparada à condição de inferioridade do país frente às outras nações. Entre outros aspectos históricos, especulou-se que a perda derivava do complexo racial e da instabilidade psíquica, fruto de uma sociedade mestiça, marcada por séculos de escravidão³.

Conhecido em âmbito internacional pela mestiçagem, o Brasil era visto por seu peso colonial e por sua identidade multirracial. As ambivalências eram percebidas assim ora positiva, ora negativamente. O interesse mais abrangente nesses fatores psicossociais, quando não morais, do chamado caráter nacional (LEITE, 2002; MOTTA, 1990), permite assim examinar a seguir a obra de um escritor que se debruçou sobre o assunto, mais de uma década depois de perdida a Taça Jules Rimet pelo Brasil, em 1950.

Mesmo depois de anos transcorridos, a derrota em 1950 continuou a acender um caloroso debate identitário, reavivada a cada quatro anos, ainda que eclipsada com o ciclo virtuoso de conquistas em 1958, 1962 e 1970. Grosso modo, três fatores – o racial, o moral e o político – estão na base das interpretações jornalísticas sobre o fracasso brasileiro em campo. Começemos pela questão do racismo e seus reflexos na sociedade brasileira.

Para tanto, vale ressaltar que a fonte orientadora para a investigação é a obra de Mário Filho, jornalista esportivo e proprietário do periódico *Jornal dos Sports*, o mais importante do país entre as décadas de 1930 e 1980, à maneira do *L'Équipe* em Paris, da *Gazzeta dello Sport*, em Milão, e do *World Sports*, em Londres. Grande incentivador da Copa e da construção do Maracanã (LEITE LOPES, 1994), após o seu falecimento, uma lei municipal deu ao estádio o nome oficial de Mário Rodrigues Filho, em 1966.

O interesse na compreensão da realidade brasileira, e sua aplicação ao mundo do futebol, fez com que o autor publicasse em 1947 a primeira edição do livro *O negro no futebol brasileiro*. Com prefácio do sociólogo Gilberto Freyre, renomado autor da obra *Casa-Grande & senzala* (1933), ensaio sobre a formação patriarcal e a vida íntima durante o regime exportador escravocrata brasileiro, Mário Filho compilava suas crônicas de jornais escritas durante cinco anos, entre 1942 e 1946.

A obra apresentava um vasto repertório de crônicas romanceadas em que procurava reconstituir a ambiência da vida futebolística no Rio de Janeiro, através da narração de suas memórias pessoais e de histórias de vida relatadas por seus próprios agentes, sobretudo os mais antigos jogadores da fase amadora.

³ Como se sabe, vasta e volumosa literatura é consagrada ao regime escravagista, abolido no Brasil a treze de maio de 1888, sendo o país considerado, ao lado de Cuba, o último a abolir a escravidão no mundo. Cf. CHALHOUB, 2011; ALONSO, 2007.

Segundo a concepção narrativa do livro, o profissionalismo brasileiro do decênio de 1930 foi consubstanciado com a entrada dos negros e operários no futebol e correspondeu ao divisor de águas mais importante da história esportiva. No limite, ele possibilitou não só a emancipação do jogador de origem proletária como a democratização do jogo e a impressão de um caráter autêntico perante as formas de atuação padronizadas que vinham impingidas da Europa, em especial do modelo original britânico.

Para Mário Filho, a profissionalização desse esporte, lograda após acerbos confrontos entre “amadoristas” e “profissionalistas”, de 1933 a 1938, havia permitido ao negro um suposto duplo triunfo: o rompimento com o preconceito e com a segregação atávica que persistia desde o fim da escravidão no Brasil e a conquista de um eminente espaço simbólico no imaginário da sociedade brasileira.

Os atletas revestiam-se de uma idolatria e de uma aura heroica em eventos internacionais como a Copa do Mundo da França, em 1938, quando o jogador Leônidas da Silva, artilheiro da competição, foi enaltecido na chegada da delegação ao Brasil. Isto só havia sido possível, segundo o jornalista, graças à criatividade e à invenção *sui generis* de um estilo nacional que modificava os conspícuos princípios do esporte europeu mediante a revalorização da esfera lúdica e amadora do jogo, conforme sugere também o antropólogo Leite Lopes em seminal artigo dedicado a Garrincha (1992) e a seu estilo forjado no futebol de fábrica amador no interior do Rio de Janeiro.

A versão nativa do *homo ludens* equiparava, portanto, o futebol à dança, à arte, à brincadeira, à malandragem e à plasticidade corporal, que se acreditava ser sorvida das mais remotas tradições populares, sobretudo aquelas de inspiração agrária e rural. Agente de incorporação e de socialização, o sincrético futebol brasileiro facultou às classes subalternas uma ascensão e uma visibilidade social até então vedada em outras áreas da vida coletiva, argumento muito próximo ao que se aplica à tradição do samba e da música popular no país (VIANNA, 1995; NAPOLITANO, 2007).

A suposta redenção simbólica do negro brasileiro através do futebol teve, no entanto, de ser revista por Mário Filho, três anos depois do lançamento de seu livro. A derrota do Brasil na Copa do Mundo de 1950 colocara o desafio de pensar por que a acusação de erros nos lances decisivos contra o Uruguai recaía justamente sobre três jogadores de origem negra – o goleiro Barbosa, o zagueiro Juvenal e o lateral esquerdo Bigode (RISÉRIO, 2007).

A atribuição de responsabilidade, quando não de culpa, àqueles três jogadores, não seria esquecida nem resolvida com os títulos mundiais obtidos na Suécia, em 1958, e no Chile, em 1962. Para responder a esta inquietação que pairava sobre a derrota de 1950, Mário Filho teve então a iniciativa de reescrever a sua obra e de republicá-la em 1964, em uma segunda edição ampliada⁴, por meio de uma editora de maior circulação e de maior

⁴ Até o presente momento, mais duas edições foram lançadas: a terceira, em 1994, por ocasião da Copa nos

prestígio, conhecida também por seu engajamento político à esquerda e por sua atuação de destaque no âmbito da cultura, a *Civilização Brasileira* (FERREIRA, 2003).

Ao prefácio de Gilberto Freyre, constante da edição de 1947, publicada por sua vez pela Pongetti Editores, o jornalista Mario Filho acrescentou então mais uma nova apresentação, assinada pelo eminente folclorista baiano Edison Carneiro, reconhecido por estudos afro-brasileiros. No corpo do texto, mais dois capítulos inéditos foram acrescentados. Em princípio, estes dois cumpriam uma função revisionista e foram sugestivamente intitulados: “A provação do preto” e a “A vez do preto”.

Mas após lembrar as razões da derrota em 1950, o escritor procurava mostrar, em uma espécie de *happy end*, como o Brasil se reencontraria consigo mesmo e superaria finalmente o trauma. Neste adendo ao livro original, a experiência traumática seria superada com o arrebatamento do título mundial, em 1958, na Suécia, tendo à frente atletas negros e mestiços, como Pelé, Garrincha, Didi e Vavá.

A seguir, deter-nos-emos na maneira pela qual, nos dois capítulos assinalados acima, Mario Filho repisou a partida decisiva contra o Uruguai e levantou apontamentos que identificaram os três fatores explicativos para a “tragédia de 16 de julho”: o racial, o moral e o político.

O fator racial: em busca de um “bode expiatório”

A publicação de *O negro no futebol brasileiro*, quase quinze anos depois da derrota na final da Copa do Mundo de 1950 e cerca de vinte anos depois da primeira edição, permitiu a Mario Filho colocar o leitor da geração da década de 1960 no ambiente e no calor dos acontecimentos que se seguiram àquele jogo então distante no tempo. A narrativa atualizada baseia-se em suas próprias recordações de militante ativo do torneio e na repercussão da derrota na semana seguinte ao jogo.

O primeiro argumento presente nos jornais e na opinião pública referia-se à coincidência de que os três jogadores acusados de falha no sistema defensivo brasileiro eram de origem negra: Barbosa, goleiro do Vasco; Juvenal, zagueiro do Flamengo; e Bigode, lateral do Fluminense. A acusação consistia, para Mario Filho, em um sinal de prática e valores racistas ainda presentes na sociedade brasileira, o que se fazia extravasar sutilmente por intermédio de uma disputa futebolística:

O campeonato do mundo de 50, em vez de glorificar um novo ídolo do futebol brasileiro, que, segundo todas as probabilidades, seria outro mulato ou preto, à imagem e semelhança de Arthur Friedenreich e Leônidas da

Estados Unidos, com texto de apresentação de João Máximo (Editora Fumo), e a quarta, em 2003, com introdução do cientista político Luís Fernandes (UFF), publicada sob os auspícios da Faperj pela editora Mauad.

Silva, o que fez foi reavivar um racismo ainda não de todo extinto. O que o disfarçava era o entusiasmo pelos heróis mulatos e pretos do futebol e de quem dependiam milhares e milhares de torcedores de clubes e milhões e milhões de brasileiros. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 280)

A suposta debilidade biológica e fragilidade psicológica do mestiço e do negro, muito presente nas teorias eugênicas que no Brasil pregavam o branqueamento da população como única solução étnica para o país no final do século XIX, reaparecia no âmbito do futebol, em meados do século XX.

O racismo, de acordo com o texto de Mario Filho, já existia no futebol de clube, sendo ele apenas “disfarçado”. Nele, os torcedores camuflavam a discriminação ao defender os atletas negros de seu time, mas revelavam a persistência do preconceito ao valer-se das mesmas aparências fenotípicas para provocar os oponentes. O véu racista assim caía rapidamente, quando o objetivo era encontrar um pretexto para ofender e hostilizar os jogadores negros da equipe rival.

Esse expediente também já existia nos jogos internacionais da Seleção Brasileira, sobretudo nos confrontos sistemáticos com os países da América do Sul. Desde os anos 1920, os cronistas relatam os insultos aos atletas do Brasil em partidas contra os vizinhos, pelo Campeonato Sul-Americano.

Em uma dessas partidas, a categoria utilizada pela imprensa local foi a de “macaquitos”, conforme relata em sua tese Leonardo Pereira (2001). A forma ofensiva e pejorativa rebaixava os brasileiros na hierarquia animal e os associava, pelo fenótipo, à presença predominante de negros na sua população. Tal insulto remontava à Guerra do Paraguai (1864-1870), quando o Exército brasileiro enviou contingentes negros e ofereceu a alforria a escravos que fossem lutar na região da Bacia do Prata, contra as tropas do presidente paraguaio Solano López.

Segundo Mário Filho, o preconceito contra o tipo brasileiro voltava à tona por ocasião daquela derrota futebolística, em fins dos anos 1940. Desta feita, ainda que Mario Filho não precise suas fontes, o preconceito partia da sua própria população, ou ao menos de setores influentes da opinião pública, que faziam aquela acusação reverberar.

A reação da torcida e as circunstâncias da acusação são assim descritas pelo jornalista, logo após o final da partida:

E quando *Mr. Reader* deu o apito final, o Maracanã transformou-se no maior velório da face da Terra. Todo o mundo queria ir embora, desaparecer. Muitos não tinham mais força para um passo, para um gesto. Ouviam-se gritos de viúvas sicilianas. Poucos eram os que não choravam. Os que não choravam deixavam-se ficar numa cadeira numerada, num degrau da arquibancada, num canto da geral, a cabeça sobre o peito, largados. Ou então esbravejavam, batendo no

peito, apontando para o campo. Uns acusavam Flávio Costa. Mas quase todos se viraram era contra os pretos do escrete.

- O culpado foi Bigode!

- O culpado foi Barbosa! (...)

E vinham acusações do brasileiro contra os brasileiros. O brasileiro que acusava os brasileiros naturalmente desabafava para ficar de fora. Ou ver se ficava de fora.

- A verdade é que somos uma sub-raça.

Uma raça de mestiços. Uma raça inferior. Na hora de aguentar o pior, a gente se borrava todo. Como Barbosa quando estreava no escrete brasileiro. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 289-290)

O debate racial, naquele momento, continha um dado até certo ponto irônico, de acordo com o autor. Se o apontamento de “bodes expiatórios” para o insucesso do time nacional passava pela identificação de um ou mais responsáveis, que individualizavam uma perda em princípio coletiva, no caso dos vencedores tal tipo de personificação também acontecia.

Isso porque a imprensa afinal creditou a vitória à atuação do capitão Obdúlio Varela. Era este, segundo muitos, o comandante uruguaio da virada no segundo tempo. A ironia, para não dizer a incoerência, observada por Mario Filho, decorria do fato de o futebolista elevado à condição de herói ser igualmente mestiço:

Mas ao mesmo tempo que se observava esse recrudescimento do racismo, o brasileiro escolhia um ídolo às avessas: Obdúlio Varela, mulato uruguaio, de cabelo ruim.

Era o ídolo que queríamos para nós. O que lamentávamos era não ter um Obdúlio Varela, *El Grand Capitán*. Se Obdúlio Varela tivesse jogado pelo Brasil, o Brasil teria sido campeão do mundo.

E o brasileiro se esquecia, ou talvez não se esquecesse, pelo contrário, que Obdúlio Varela era mulato. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 290)

Dessa maneira, o debate sobre o racismo estava longe de ser superado pela visão positiva da mestiçagem forjada dos anos 1930 em diante (SCHWARCZ, 1993). Ele, aparentemente, mostrava-se até estranho para um país que desde o pós-guerra difundia ao mundo a imagem freyreana de uma “democracia racial”, laboratório de mistura e de convívio entre diferentes, o que passaria a ser valorizado por instituições como a Unesco, após a experiência da intolerância nazista e a busca por referências não-europeias.

As citações do jornalista, nesse sentido, inexistentes na versão original e acrescentadas à segunda edição do livro, tencionam à sua maneira problematizar a resolução da integração racial no Brasil, bem como a suposição da igualdade de valores vigentes entre brancos e negros no país. Em princípio dos anos 1960, mesmo com a Seleção brasileira a celebrar o bicampeonato mundial (1958-1962), Mario Filho não deixou de mostrar de que maneira o futebol era um terreno por intermédio do qual essas questões mais amplas se manifestavam.

O fator moral: fracasso, honra e vexame

A discussão sobre a composição étnica como suposto fator interveniente para a definição da sorte naquela partida vai ao encontro de um segundo elemento. A fragilidade da raça articulava-se, nas análises das reportagens jornalísticas legadas sobre a derrota, ao argumento da falta de qualidades morais ou sentimentais, sobretudo por meio de categorias denominadas como fibra, prudência e hombridade, evidenciadas dentro e fora de campo.

Na esteira da “tragédia de 16 de julho”, ponderou-se que o excesso de confiança generalizado contagiou o time, a delegação, as autoridades e a sociedade como um todo nos três dias que antecederam o último jogo. Interpretava-se que o otimismo instaurou-se desde a penúltima partida, a treze de julho, jogada contra os espanhóis. A goleada de seis a um, considerada espetacular pela maioria, fez com que se generalizasse a crença na conquista irreversível do título.

Após a última partida, considerou-se que a precipitação desse convencimento teria gerado uma espécie de soberba por parte dos torcedores. Conforme rememora Mário Filho:

A vitória contra a Espanha, porém, virou a cabeça do brasileiro. Não do jogador brasileiro: do brasileiro que ficava de fora e que já se sentia campeão do mundo. Ainda mais porque o Uruguai empatava com a Espanha no finzinho do jogo, um jogo perdido, ganhara da Suécia a duras penas.

Enquanto isso o Brasil goleava a Suécia e a Espanha. Que dúvida podia haver? As fábricas de flâmulas trataram de fazer centenas de milhares de flâmulas: ‘Brasil, campeão do mundo’. As tipografias imprimiram milhões de cartões-postais com o escrete brasileiro: ‘Brasil, campeão do mundo’. Os gabinetes fotográficos reproduziram em milhares de cópias uma pose do escrete brasileiro com letras gravadas em preto: ‘Brasil, campeão do mundo’. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 290).

A soberba contribuiu para, se não o menosprezo ao adversário, ao menos uma autoconfiança excessiva e perigosa do torcedor envolvido, então tido por tipo mediano mais comum, espécie de imagem refletida da totalidade do povo brasileiro, em suas diferenças e diversidades. Mario Filho comenta mais à frente que um vespertino carioca chegou à empáfia de estampar em sua manchete, na véspera da decisão: “Estes são os campeões do mundo”. Abaixo do dizer, uma foto perfilava os onze integrantes do time brasileiro.

A ausência de capacidade de “refreamento das emoções” de parte do brasileiro, um índice importante de aferição do grau de desenvolvimento do “processo civilizador”, acabou por tornar mais duro o revés sofrido pela equipe em campo. Ao orgulho da população com a realização da Copa; ao entusiasmo com a construção de um estádio de escala monumental; e ao delírio com a performance da equipe em campo, sucederam-se a decepção e a frustração.

À sensação de sucesso, passou-se, em um curto espaço de tempo, à experiência antagônica: o fracasso. Para alguns, em virtude das altas expectativas criadas, a certeza da vitória e o clima de euforia converteram a perda da Taça em um vexame.

Tal sentimento pode ser identificado na rememoração das contingências do jogo, tanto no primeiro quanto no segundo tempo. Elas expõem lances da partida que atribuem a derrota a determinadas atitudes morais, ou à falta delas, por parte do selecionado nacional. Elas também expressavam, *a posteriori*, as supostas falhas do caráter nacional. Vivenciado sob a forma do luto mortuário, sucedia a desonra, a humilhação e o desrespeito coletivos. (VOGEL, 1982).

A versão dos acontecimentos narrados por Mário Filho sugere um acerbo debate em torno da intimidação que acometeu os jogadores brasileiros durante a partida. Ao se apequenar perante o adversário, sem reagir à altura, o jogador brasileiro revelaria uma postura classificada por muitos de covarde. Em episódio polêmico, inexistente para muitos, Mario Filho relata que o capitão do Uruguai teria provocado, e quase agredido, o lateral esquerdo do Brasil. Este, orientado a não revidar pelo treinador da equipe, acabou por intimidar-se perante o ataque uruguaio.

Sua zona de campo, o flanco esquerdo, se revelou a mais vulnerável desde então. Estando a área desguarnecida, a dinâmica do jogo levou o Uruguai a fazer os dois gols de contra-ataque:

[...]Obdúlio Varela agarrou Bigode pelo pescoço. Não lhe meteu a mão na cara. Mas que o balançou em safanões, balançou.

Bigode, que era uma fera, ficou quieto, sem uma reação. Não houve ninguém no Maracanã que não compreendesse Bigode, a passividade de Bigode. Se Bigode reagisse seria expulso, o Brasil ficaria com dez. [...]

Bigode obedecia às ordens terminantes: não podia reagir. Bigode e todos os jogadores brasileiros. *Remember 38*⁵. Se levássemos um bofetão, tínhamos era de oferecer a outra face. Mas quem se lembrou que um jogador como Bigode, valente, explosivo, dando sempre mais que levando, não ia aguentar lá por dentro, que por fora aguentara, que remédio, uns safanões diante de duzentos e vinte mil brasileiros?

E foi o que aconteceu: com as faces ardendo de vergonha, contendo-se, Bigode não dominou mais Gigghia. Os dois gols uruguaio saíram dos pés de Gigghia. Bigode sempre recuando, não se atrevendo mais a dar o bote de cobra com os pés juntos. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 287-288).

Além de um sentimento de inferioridade racial, emergia nas circunstâncias do jogo o viés psicologizante da incapacidade de autocontrole emocional. Incapaz de lidar com as provocações, nem com as estratégias de desestabilização do oponente, o atleta brasileiro abatia-se, permitindo que o rival se impusesse a partir de gritos e de ameaças gestuais

⁵ Nota do autor: o jornalista refere-se ao jogo do Brasil contra a Itália na Copa do Mundo de 1938.

dentro de campo. Tal elemento desbancava outro mito nacional. Este relacionava-se ao virtuosismo técnico, supostamente congênito ao jogador da Seleção. Se a qualidade e a categoria dos virtuosos brasileiros pareciam indubitáveis, concluía-se com o resultado de que elas não bastavam por si só.

Necessitava-se de uma postura imponente em campo, capaz de controlar os nervos, de precaver os instintos, de saber administrar as emoções e de não se inferiorizar perante atos provocativos e intimidatórios dos rivais. Nas palavras de um crítico, a “ambição de grandeza” cedeu lugar à “impotência infantilizada de um povo periférico” (WISNIK, 2008, p. 246).

Assim, no reino moral do futebol, a soberba da sociedade brasileira representou um pecado cometido antes do jogo. A prepotência acabou punida e castigada com a derrota inesperada, dentro de seu próprio território. Durante a partida, a intimidação dos uruguaios teria assim influenciado, para Mário Filho e para muitos, na perda da Copa. Eis, pois, a “lição” legada pelo Mundial de 1950: de um lado, a covardia dos brasileiros; de outro, a garra dos uruguaios.

Os fatores extracampo: a política no banco dos réus

Os dois primeiros fatores estruturais eleitos por Mario Filho, e submetidos aqui para exame, relacionam-se mais diretamente às vicissitudes dos noventa minutos do jogo. Ainda que a suposição de uma inferioridade biológica e psicológica remeta a questão para além das quatro linhas, foram erros individuais e posturas de grupo durante o tempo regulamentar da partida que levaram o Brasil ao suposto vexame.

O terceiro elemento, no entanto, foi bastante enfatizado pela crônica da época e tem repercussões até os dias de hoje, quando se fala da Copa do Mundo de 1950. Este fator refere-se à prejudicial interveniência política que antecedeu os preparativos daquela data considerada fatídica.

Todo o esforço de organização da Copa havia dependido financeiramente do apoio do Estado brasileiro, como a construção do Maracanã com verbas da prefeitura da cidade do Rio, após a doação de um terreno do Exército pelo governo federal. Em contrapartida, parecia compreensível que a visibilidade do evento estimulasse as autoridades a marcar sua presença nas cerimônias de inauguração e nas próprias partidas, em busca de promoção pessoal.

Ademais, 1950 era um ano eleitoral no país. A disputa majoritária estava prevista para o dia três de outubro, menos de três meses depois da Copa. No mesmo dia em que o Brasil estreava contra o México, o nome de Getúlio Vargas, que governara o país por quinze anos (1930-1945), metade dos quais de forma ditatorial, era homologado para concorrer às

eleições para a presidência da República⁶.

Com efeito, uma das decisões mais controvertidas nos dias que antecederam a última partida do Brasil foi a mudança do local da concentração. Se até a partida contra a Espanha, o time brasileiro concentrava-se em uma região isolada do Rio de Janeiro, o bairro de São Conrado, numa mansão emprestada por um banqueiro à delegação da CBD, houve a decisão dos dirigentes da entidade de colocar os jogadores mais perto da população e mais próximo do palco em que seria realizada a partida.

O novo lugar era o movimentado estádio do Vasco da Gama, situado na zona norte do Rio, nas adjacências do Maracanã. Esse fato, registrado e repetido por vários periodistas, foi interpretado como uma tentativa simbólica de aproximar a Seleção do “povo”. De maneira sub-reptícia, sabia-se que o alcance era outro, pois permitiria a políticos e a candidatos que ali estavam para tirar proveito e beneficiar-se da exposição pública, a posar para fotos ao lado dos ídolos nacionais.

A escolha do Vasco da Gama como nova base para a concentração justificava-se pela familiaridade, pois boa parte do time, com oito atletas no elenco, e seu treinador, Flávio Costa, que comandava também o selecionado brasileiro, atuava no clube cruzmaltino. Diz-se inclusive que a Flávio Costa fora prometido, nesse contexto, uma vaga à vereança da cidade no pleito daquele ano, pelo mesmo partido de Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Afora os dirigentes esportivos da CBD, conhecidos na crônica brasileira pelo apelido pejorativo de “cartolas”, o que em linguagem ordinária conota pessoas da alta sociedade, com um acento esnobe, aristocrático e/ou conspiratório, Cristiano Machado, candidato à presidência pelo Partido Social Democrático (PSD), compareceu e discursou aos jogadores. O mesmo se deu com o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, candidato ao Senado⁷.

Nas palavras de Mário Filho,

No sábado 15 de julho, à tardinha, os jogadores do escrete brasileiro estavam despreocupados e alegres, relaxados, vendo na quadra da curva de São Januário, vendo na quadra de São Januário um treino de volêi de moças. Foi quando veio a ordem: todos ao salão nobre.

É que tinha chegado tudo quanto era candidato a vereador, a deputado, a senador, para cumprimentar os jogadores que no dia seguinte iam ser

⁶ Getúlio Vargas elegeu-se com 48% dos votos válidos. Seu governo não chegou ao fim do mandato. Após intensas campanhas de oposição, que alegavam denúncias e escândalos de corrupção, mas que se motivavam também de posturas ideológicas varguistas, lutas por poder e de retaliação à implantação de políticas de cunho nacionalista, Vargas suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954, para consternação geral seguida de grande comoção popular. Cf. FERREIRA, 1994.

⁷ No dia da partida, antes do início do jogo, o prefeito do Rio de Janeiro discursou em um alto-falante do Maracanã: “O governo municipal cumpriu o seu dever, construindo o estádio que aí está. Agora, jogadores do Brasil, cumpri o vosso!”.

campeões do mundo. Flávio Costa podia estar errado: estava, porém, de pernas e braços amarrados, pois era também candidato a vereador. Com a vitória do Brasil a eleição dele era mais do que certa.

Como candidato não podia cercear a liberdade dos outros candidatos. E durante duas horas, de pé, os jogadores do escrete brasileiro ouviram discursos inflamados. Cada candidato queria demonstrar mais confiança no escrete. Assim, os jogadores brasileiros recebiam, de cara, o tratamento de campeões do mundo.

Mal se podia respirar no salão nobre do Vasco, aquela massa incalculável de candidatos queimando carbono, sacudindo os braços, gritando. Os jogadores brasileiros cercados, aprisionados em abraços de candidatos.

- Me assine um autógrafo aqui. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 283).

Sendo assim, o espaço reservado aos preparativos dos atletas transformou-se em uma concentração às avessas. O clube carioca foi tomado por políticos, curiosos, fãs, jornalistas e multidão de interessados no assédio aos jogadores.

Com a agitação vivida na véspera, entra em consideração até que ponto essa mudança de endereço teria influído no resultado que ocorreria no dia seguinte. Agregava-se, por conseguinte, mais um elemento causal e estrutural às hipóteses sobre a derrota. Depois de Mario Filho, estes repetiriam e rememorariam o incidente como um dado extracampo que contribuiu para o resultado negativo inesperado.

À guisa de conclusão

A obra do jornalista Mario Rodrigues Filho tem sido alvo de intensos questionamentos acadêmicos nos últimos anos, repercutindo em polêmicas historiográficas desenroladas em periódicos como a revista *Estudos Históricos* (Dossiê Esporte e Lazer, 1998). Um dos pontos centrais da discussão reside na validade da utilização de seus escritos como fontes para a pesquisa histórica e no modo reiterativo, para não dizer acrítico, pelo qual cientistas sociais o empregaram desde o início da década de 1990 (HELAL; SOARES; LOVISOLO, 2001).

Conforme procurou-se apontar nesse artigo, parte expressiva das crônicas de Mario Filho, publicadas originalmente nos anos 1940 e reescritas na década de 1960, retratou a história do futebol brasileiro, com base em sua memória de jornalista e em sua escrita romanesca. Esta, é sabido, procurava dar tonalidades ficcionais à experiência colhida em entrevistas com jogadores do passado, em recortes de imprensa guardados do período amador e nas próprias recordações pessoais do jornalista, como é o caso da Copa de 1950 (SILVA, 2014).

Sem entrar no mérito da validade da utilização ou não de *O negro no futebol brasileiro* no meio universitário, convém enfatizar a sua importância na compreensão e na reconstrução factual dos elementos explicativos para a decifração da chamada “tragédia de

16 de julho” e para a Copa do Mundo de 1950 como um todo. Na medida em que não se tratou aqui de averiguar a existência de uma suposta “verdade” ou de uma fonte fidedigna contida no relato, mas de observar a estratégia discursiva quando da publicação da segunda edição, o livro permite examinar o modo como tais interpretações se consagraram no imaginário nacional a partir dele. Neste sentido, a utilidade do livro continua viva e incontornável à compreensão do memorialismo esportivo na contemporaneidade.

Os textos desse cronista esportivo permanecem referenciais na reprodução da memória coletiva no que diz respeito a fatos e a episódios associados a uma história do futebol no Brasil. No tema aqui em tela, suas referências ao Mundial de 1950 são relevantes, porquanto contêm passagens que seriam retomadas e esmiuçadas por outros jornalistas nas décadas seguintes.

No último decênio, desde o anúncio do Brasil como país-sede da Copa de 2014, chega a impressionar o número de livros publicados que tratam da temática da derrota. Trata-se de obras de testemunho ou de novas reportagens jornalísticas dedicadas a personagens e incidentes daquela tarde de julho de 1950. Forçoso é reconhecer que se está em face de um interesse por assim dizer monotemático, a ponto de pouco se saber sobre os demais jogos da competição, afora os da Seleção Brasileira⁸.

Seria oportuno, portanto, levantar a pergunta do início do artigo: por que a obsessão nacional com o vice-campeonato de 1950? Por que lembrá-la com tanta insistência, depois de sucessivas conquistas e de um reconhecimento internacional da supremacia técnica do estilo de jogo nacional?

Se não é possível responder a essa questão, que remete à sedução da memória (HUYSSSEN, 2000) no período contemporâneo, cabe, no entanto, destacá-la como um índice relevante do modo de narrar do memorialismo esportivo. Sendo constitutivo da nacionalidade, é cabível encerrar com a menção aos volumes mais recentes dedicados à temática, que dão continuidade às indagações formuladas por Mario Filho nos idos de 1960.

O mais obsessivo e exaustivo de todos é o ensaio *Anatomia de uma derrota*, do jornalista Paulo Perdigão, publicado originalmente em 1986 e revisado e ampliado em 2000, quando a “tragédia” completou meio século. O autor estivera presente ao jogo, com apenas onze anos de idade e o impacto daquela lembrança levou-o a uma imersão ensaística na reconstituição dos mais minuciosos acontecimentos sobre aquele torneio. A locução radiofônica completa do jogo, inclusive, é apensa ao livro, sendo transcrita e comentada nos mínimos detalhes, graças ao acesso do autor aos arquivos da Rádio Nacional.

Também em 2000, ao completar cinquenta anos do jogo Brasil/Uruguai, uma leva de livros foi lançada, com revisitação do tema. Enquanto o jornalista Geneton Moraes Neto publicava o livro *Dossiê 50*, com a adaptação dos relatos das entrevistas dos onze jogadores

⁸ Uma exceção é o estudo do historiador André Capraro sobre as partidas realizadas no estádio Durval de Brito, no Paraná, estado da região sul do Brasil. Cf. CAPRARO, 2010.

envolvidos na partida, outro companheiro de profissão, Roberto Muylaert, dedicava-se estritamente àquele que ficou marcado como o grande vilão da derrota: Barbosa.

Na obra *Um gol faz cinquenta anos*, ele reporta vinte horas de conversa com o jogador, no final dos anos 1990. Dentro do relativo boom editorial a que assistiu o futebol, o trabalho foi reeditado às vésperas da Copa de 2014, com um novo nome no subtítulo: *um gol silencia o Brasil*. Por fim, o jornalista Teixeira Heizer, na mesma linha investigativa dos anteriores, a reiterar os interesses enunciados e investigados por Mário Filho em 1964, lança *Maracanazo: tragédias e epopeias de um estádio com alma*, para dissecar a efeméride de meio século da Copa.

Esses são, pois, apenas alguns dos exemplos de um episódio ainda longe de se exaurir no contexto brasileiro, dado o próprio caráter cíclico com que se organiza a temporalidade do megaevento internacional. Tanto como curiosidade quanto como intriga histórica, permanece a pergunta: por que perdemos?

Artigo recebido em 14 jan. 2017

Artigo aprovado para publicação em 26 abr. 2017

Referências

ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ASSAF, Roberto; NAPOLEÃO, Antônio Carlos. *Seleção brasileira – 90 anos (1914-2004)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública”. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. “Programa para uma sociologia do esporte”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BRAUDEL, Ferdinand. “História e ciências sociais: a longa duração”. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SILVA, Rogério F. da. (Orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CAPRARO, André. “Copa do Mundo de 1950: a imprensa e os jogos realizados em Curitiba”. In: *Revista Esporte e Sociedade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010, n. 14.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONCHAS, Miguel. “Research possibilities for the 2014 FIFA World Cup in Brazil”. In: *Soccer & society*. Londres: 18 novembro de 2013, p. 167-174.

COSTA, Leda Maria da. *A trajetória da queda: as narrativas da derrota e os principais vilões da seleção brasileira em Copas do Mundo*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Letras/ UERJ, 2008.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Editando o editor: Ênio Silveira*. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERREIRA, Jorge. “O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto”. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Vargas e a crise dos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

FRANCO JR., Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEHRINGER, Max. *Almanaque dos Mundiais*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.

HEIZER, Teixeira. *O jogo bruto das Copas do Mundo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. *Maracanazo: tragédias e epopeias de um estádio com alma*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

HELAL, Ronaldo; SOARES, Antônio; LOVISOLO, Hugo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEANNENEY, Jean-Noël. “A mídia”. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LEITE LOPES, José Sérgio; MARESCA, Sylvain. “A morte da ‘alegria do povo’”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 1992, n. 20.

_____. *A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro*. In: Revista USP. São Paulo: n. 22, 1994.

LISBOA, Fábio Aguiar; HELAL, Ronaldo. “Do Maracanazo ao Mineiraten: um estudo da memória a partir das narrativas da imprensa na Copa de 2014”. In: *Revista Logos*. Vol. 23, n. 01, 1ª semestre de 2016.

MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MOURA, Gisella de Araújo. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MUYLAERT, Roberto. *Barbosa: um gol silencia o Brasil*. São Paulo: Bússola, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

PERDIGÃO, Paulo. *Anatomia de uma derrota*. Porto Alegre: LP&M, 2000.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RIDENTI, Marcelo. “Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (Orgs.) *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RINKE, Stephan; SCHILLER, Kay (Orgs.). *The FIFA World Cups, 1930-2010: politics, commerce, spectacle and identities*. Göttingen: WallsteinVerlag, 2014.

RISÉRIO, Antônio. “A escola brasileira de futebol”. In: *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Editora 34, 2007.

RODRIGUES FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. *Quem desloca tem preferência: ensaios sobre futebol*,

literatura e jornalismo. Belo Horizonte: Relicário, 2014.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995.

VOGEL, Arno. "O momento feliz: reflexões sobre o futebol e o ethos nacional". In: DAMATTA, Roberto (Org.). *Universo do futebol*. Rio de Janeiro: Edições Pinakoteque, 1982.

WISNIK. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.